

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
FACULDADE DE EDUCAÇÃO
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM DOCÊNCIA NA EDUCAÇÃO BÁSICA**

Maria Carmen Castello Branco Rena

**O PAPEL DO PROFISSIONAL BIBLIOTECÁRIO NO TRABALHO
PARA A EDUCAÇÃO DAS RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS
NA ESCOLA**

**Belo Horizonte
2012**

Maria Carmen Castello Branco Rena

**O PAPEL DO PROFISSIONAL BIBLIOTECÁRIO NO TRABALHO
PARA A EDUCAÇÃO DAS RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS
NA ESCOLA**

Trabalho de Conclusão de Curso de Especialização apresentado como requisito parcial para obtenção do título de Especialista em Educação e Relações Étnico-Raciais pelo Curso de Pós-graduação *Lato Sensu* em Docência na Educação Básica, da Faculdade de Educação da UFMG.

Orientadora: Elânia de Oliveira

Belo Horizonte

2012

Maria Carmen Castello Branco Rena

**O papel do profissional bibliotecário no trabalho para a educação
das relações étnico-raciais na escola**

Trabalho de Conclusão de Curso de Especialização apresentado como requisito parcial para obtenção do título de Especialista em Educação e Relações Étnico-Raciais pelo Curso de Pós-graduação *Lato Sensu* em Docência na Educação Básica, da Faculdade de Educação da UFMG.

Orientadora: Elânia de Oliveira

Aprovado em 14 de julho de 2012.

BANCA EXAMINADORA

Elânia de Oliveira – Faculdade de Educação da UFMG

Tatiana Lúcia Cardoso – Faculdade de Educação da UFMG

RESUMO

Observar o interesse dos alunos e professores pela leitura de livros cuja temática esteja ligada à questão da identidade racial é um dos aspectos que devem estar presentes no olhar do profissional que atua na biblioteca. É papel do bibliotecário insistir na valorização da cultura africana, mostrando a proximidade desta com a cultura brasileira, fugindo dos estereótipos e não reduzindo as atividades ao mero cumprimento de um calendário de efemérides. Dar visibilidade ao tema no interior da escola a partir de novas estratégias de divulgação do acervo dos kits de literatura afro-brasileira é o foco do Plano de Ação desenvolvido com base em entrevistas com os usuários da biblioteca. O trabalho mostrou a necessidade de serem realizadas ações de sensibilização e diálogo com professores para o entendimento das Leis 10.639 e 11.645 e para a formação de parcerias com a biblioteca no trabalho de educação das relações étnico-raciais

Palavras-chave: Lei 10.639/03; Biblioteca escolar; Kits de literatura afro-brasileira

AGRADECIMENTOS

Aos meus filhos Pedro e Mateus pelo incentivo e injeções de ânimo.

À minha irmã Maria Angélica pela escuta carinhosa e por compartilhar do meu entusiasmo após algumas aulas de africanidades.

À minha orientadora Elânia, muito certa e clara em todos os apontamentos.

A Deus que me permitiu mais esta conquista.

Aos meus pais, todo amor e carinho por tudo que fizeram e continuam a fazer por mim; pelo que sou hoje.

“Hoje cedo, na rua do Ouvidor
Quantos brancos horríveis eu vi
Eu quero um homem de cor
Um Deus negro do Congo ou daqui
*Que se integre no meu sangue europeu*¹
Black is beautiful
Black is beautiful”.

"Black Is Beautiful"
Marcos e Paulo Sergio Valle/1971

¹ Letra censurada pela ditadura militar “... que melhore o meu sangue europeu”, (Correio Brasiliense, 2012).

SUMÁRIO

1 APRESENTAÇÃO	8
2 INTRODUÇÃO	9
3 JUSTIFICATIVA	12
3.1 Minha trajetória.....	13
3.2 O contexto do Plano de Ação.....	14
3.3 O Projeto Político-pedagógico da Escola	15
3.4 A Biblioteca da Escola	17
4 OBJETIVOS	19
4.1 Objetivo geral	19
4.2 Objetivos específicos.....	19
5 A ESCOLA, O CURRÍCULO E A BIBLIOTECA DIANTE DAS LEIS 10.639 E 11.645	20
5.1 A diversidade cultural e o Projeto Político-Pedagógico - PPP	23
5.2 Como os kits de literatura afro-brasileira chegam às escolas	24
5.3 As estratégias de divulgação do Kit de Literatura Afro-brasileira	25
6 METODOLOGIA	30
6.1 Cronograma	31
7 O DESENVOLVIMENTO DO PLANO DE AÇÃO	32
8 AVALIAÇÃO	37
8.1 Propostas de ação da biblioteca frente à lei 10.639 e uso do kit de literatura afro-brasileira	37
9 CONSIDERAÇÕES FINAIS	39
REFERÊNCIAS	41
APÊNDICES	43

1 APRESENTAÇÃO

O presente trabalho tem por objetivo apresentar uma proposta de ação realizada na Escola Municipal Luiz Gatti, localizada na região do Barreiro, em Belo Horizonte. O objeto da pesquisa está centrado na biblioteca e o seu papel diante da implantação das Leis 10.639 e 11.645 e a utilização do acervo, no que se refere ao tema abordado por essas leis.

A pesquisa apresenta a opinião de um grupo de professores e alunos da E. M. Luiz Gatti sobre a obrigatoriedade do ensino da História e cultura Afro-Brasileira e Africana, e também da cultura indígena, nas instituições de ensino.

Mostra também alguns dados estatísticos que a biblioteca possui sobre o empréstimo de livros desse tema, que refletem, em parte, a utilização dos Kits de Literatura Afro-brasileira enviados pela Prefeitura de Belo Horizonte, através do Núcleo de Educação e Relações Étnico-Raciais e de Gênero, a todas as escolas da Rede Municipal de Educação.

Por fim, aponta algumas atividades passíveis de serem realizadas, para melhor utilização do acervo bibliográfico e audiovisual disponível na escola, seus limites e alcances.

2 INTRODUÇÃO

O Plano de Ação aqui apresentado busca analisar os resultados de uma proposta de trabalho da biblioteca frente a questões étnico-raciais e o uso do kit de literatura afro-brasileira em uma escola de 2º e 3º ciclos e ensino médio. Para essa observação, foram entrevistados alguns professores e alunos e realizada uma análise do Projeto Político Pedagógico (PPP) da escola. A análise da prática pedagógica de professores e o trabalho da biblioteca são relacionados com alguns referenciais teóricos adquiridos ao longo do curso de especialização/LASEB (Lato Sensu em Educação Básica). O Plano de Ação foi desenvolvido com dois recortes: um que diz respeito ao conhecimento dos usuários sobre o acervo relativo ao tema e outro que apresenta as ações desenvolvidas pela biblioteca na tentativa de divulgar o material recebido. O resultado alcançado é a constatação de que há um grande trabalho de sensibilização a ser realizado para que as Leis 10.639 e 11.645 sejam de fato aplicadas e que há grande receptividade do grupo de professores para que isso aconteça. O grupo acredita na biblioteca como parceira nesta tarefa.

Após alguns meses de aulas no curso de Educação e Relações Étnico-raciais do LASEB, sinto-me mais bem informada e com um mínimo de discussão acumulada sobre o assunto, para propor e participar de discussões sobre o tema. O Curso nos dá outra visão sobre a história do Brasil, a formação do povo brasileiro, as várias histórias sobre a escravidão negra e as lutas de resistência. Percebemos o quanto utilizamos algumas expressões como: raça, racismo, preconceito racial, discriminação racial, de forma equivocada e o quanto somos preconceituosos, às vezes, sem perceber. Alguns conceitos foram incorporados ao nosso vocabulário como “branquitude”, que foi bom conhecer. O estudo sobre a história de opressão sofrida pela população negra e os exemplos de vida de muitos negros na luta pela superação são fontes de estímulo para rejeitar qualquer forma de tratamento diferenciado, baseado na cor da pele.

A discussão sobre a igualdade de direitos e o respeito às diferenças é, hoje, tema obrigatório na vida da escola, seja por meio das propostas apresentadas em seus Projetos Político-pedagógicos (PPP), que pressupõem uma postura dos

profissionais diante do tema, seja pela criação de oportunidades de tratamento do assunto nas salas de aulas, na biblioteca, em todos os espaços da escola. Nessa perspectiva, é importante que o bibliotecário apresente à escola projetos de sensibilização dos professores para o uso da literatura como forma de mostrar outro olhar sobre a África. Uma visão que não a caracterizada pelo olhar eurocêntrico, de um continente atrasado e sem história, mas a visão da África do ponto de vista de suas lutas e resistências ao modelo de desenvolvimento capitalista.

Incluir na grade curricular a questão racial de forma não fragmentada significa enfrentar e discutir um dos problemas do cotidiano da escola. O respeito à diversidade inclui também a discussão de outros preconceitos. Como a escola trata a questão das diferenças? Será que dá o mesmo tratamento e mesma visibilidade a todas as pessoas, independente de sua cor de pele, crença religiosa ou opção sexual? Essas são perguntas que podem nos levar a um caminho para a construção de uma relação mais democrática no ambiente escolar. O respeito à cultura indígena também é preocupação deste plano de ação. É preciso lembrar que o Brasil é um país mestiço e que o índio faz parte da sua formação, embora sempre massacrado pela cultura do branco.

O desafio de desenvolver o plano de ação com foco na atuação do bibliotecário no contexto do trabalho com as relações raciais na escola está em garantir o acesso dos alunos e professores ao maior número possível de informações sobre o assunto, para que sejam efetivamente trabalhadas. O tema proposto pela Lei 10.639 não é um tema simples, ele exige certo grau de informação. Penso que o tema deveria fazer parte, desde o início, da formação dos profissionais que trabalham nas bibliotecas. Essa formação é importante para subsidiar as ações dos funcionários no trabalho cotidiano e fazer com que a biblioteca seja reconhecida como espaço de valorização de todas as culturas e etnias e que há no seu trabalho um compromisso com o respeito às diferenças sejam elas de qualquer natureza.

Não há como pautar esse tema na agenda da escola, se diretores, professores, coordenadores e bibliotecários não se dispuserem a participar de cursos de formação, que muito contribuem para ampliar o conhecimento, e juntos se sentirem aptos a tratar a questão étnico-racial, que é delicada e complexa.

Nesse sentido, todos os setores da escola, inclusive a biblioteca, devem estar envolvidos na tarefa de construir uma educação anti-racista, anti discriminatória e fazer com que os recursos didático-pedagógicos sejam mais bem aproveitados. Não há falta de materialidade, há material de excelente qualidade com pouco uso.

3 JUSTIFICATIVA

Uma proposta de trabalho como a apresentada nesse plano de ação justifica-se, pela necessidade de aproximar bibliotecários e professores da discussão sobre as políticas públicas dirigidas à redução das desigualdades sociais, especialmente às leis 10.639/03 e 11.645/08 e a utilização, de fato, do acervo dos Kits de literatura afro-brasileira.

Segundo Nunes,

As políticas públicas incluídas não são formuladas como um benefício para um grupo em detrimento de outro, mas sim para combater as discriminações que impedem o acesso aos direitos sociais, em igualdade de condições, por parte de grupos considerados em vulnerabilidade, por terem uma história marcada pela exclusão e por desigualdades de condições. (NUNES, 2010, p. 59).

Como a biblioteca pode e deve participar do processo de implementação de tais leis? Não basta que estejam disponíveis em suas estantes, livros, revistas, filmes e outros... Esses materiais precisam criar vida, serem efetivamente consultados, pesquisados, lidos e discutidos em debates na sala de aula. A biblioteca tem batido muito nesta tecla, no que diz respeito à formação de leitores em geral e especificamente no caso da implementação da Lei 10.936 é mais pertinente ainda.

Há muito que fazer no sentido de incentivar a leitura sobre a história da África e do negro, mas uma história que seja contada pelo próprio negro, de forma positiva. É preciso desconstruir um referencial que historicamente está dado: o de ler livros escritos por brancos sobre os negros. Pouco se conhece na literatura estrangeira, por exemplo, de autores africanos. Só mais recentemente autores africanos como Mia Couto, Pepetela, Agualuza e Ondjak tornaram-se conhecidos no Brasil e deram visibilidade aos escritores africanos. Esse quadro de desconhecimento das literaturas africanas começou a mudar a partir de 2003 com a Lei 10.639, que levou à aquisição, pelos governos federais e municipais, de livros sobre o tema. O

recebimento dos livros do Kit de literatura afro-brasileira² altera significativamente o acervo das bibliotecas, disponibilizando com isso o acesso a um universo literário que nos diz respeito, mas que ficou por muito tempo oculto, um universo que era desconhecido e invisibilizado. Esse acervo muda muito o olhar sobre a África e sobre o negro, se bem aproveitado, e utilizado de forma mais aprofundada.

Sobre o uso dos livros do Kit pelos professores, observa-se que eles sabem que existem, mas utilizam muito pouco e têm essa consciência quando, em entrevista, “confessam” ainda não terem ido à biblioteca para conhecer, de fato, os livros. A professora de sociologia trata do tema com seus alunos através das pesquisas sobre questões sociais, solicitadas, dentre elas: o racismo, o preconceito, a intolerância.

A resolução do CNE/2004 é clara ao instituir as Diretrizes Curriculares para a Educação das Relações Étnico-Raciais, que têm como meta “a educação de cidadãos atuantes no seio da sociedade brasileira que é multicultural e pluriétnica, capazes de, por meio de relações étnico-sociais positivas, construir uma nação democrática” (BELO HORIZONTE, 2005, p. 29). É nesse sentido que todos os setores da escola devem trabalhar.

Os bibliotecários têm um papel importante como mediadores de leitura e não podem se omitir nesse processo de desconstrução/reconstrução de novos conceitos sobre as relações étnico-raciais. Por isso, julgo importante, na condição de bibliotecária, propor esse trabalho de valorização do acervo da escola na perspectiva da educação para as relações étnico-raciais.

3.1 Minha trajetória

Sou bibliotecária da Escola Municipal Luiz Gatti há 13 anos. Na Rede Municipal faço parte de um grupo de 42 bibliotecários responsáveis pela

² **Literatura Afro-brasileira** – um conceito em construção, processo e devir. Além de segmento ou linhagem, é componente de amplo encadeamento discursivo. Ao mesmo tempo dentro e fora da Literatura Brasileira. Constitui-se a partir de textos que apresentam temas, autores, linguagens mas, sobretudo, um ponto de vista culturalmente identificado à afrodescendência, como fim e começo. Sua presença implica re-direcionamentos recepcionais e suplementos de sentido à história literária canônica. (UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS, 2012).

coordenação de bibliotecas-pólos, denominado Núcleo de Coordenação de Bibliotecas, desde 2004 vinculado à Gerência de Coordenação da Política Pedagógica e de Formação (GCPF), da Secretaria Municipal de Educação.

Nesta trajetória profissional na Educação, tive pouco tempo e oportunidades de me dedicar aos estudos da forma como gostaria. Entre 2006 e 2008 cursei duas disciplinas isoladas, na Escola de Biblioteconomia (Pós-Graduação): Informação, Educação e Trabalho, e Informação e sociedade, que foram importantes para a minha formação teórica.

Minha atuação profissional sempre esteve mais voltada para o campo social e cultural da biblioteconomia, seja em Centros de Documentação ou Culturais. Entendendo que informação é poder, possibilitar o acesso ao conhecimento, sobretudo a partir de uma visão multicultural é fundamentalmente um trabalho de política pública, desenvolvido pelo profissional bibliotecário, dentro da Rede Municipal de Ensino.

Em 2010, surgiu essa oportunidade, com a oferta do Curso de Pós-Graduação Lato Sensu em Docência na Educação Básica – Área de Concentração: Educação e relações étnico-raciais, pela PBH em parceria com a UFMG/FAE. Optei por essa área de concentração, pois o tema é mais geral e poderia contribuir para o meu trabalho na biblioteca, de forma a atingir todos os ciclos de aprendizagem. Também por considerar que o meu conhecimento sobre o tema era muito superficial e dificultava a minha atuação em relação aos livros do Kit de literatura afro e à aplicação da lei 10.936. Este curso alterou significativamente minha prática no que diz respeito ao meu embasamento teórico sobre a questão étnico-racial, e história e culturas africanas.

3.2 O contexto do Plano de Ação

O contexto da pesquisa é a Escola Municipal Luiz Gatti, criada em 1982, localizada no Bairro Conjunto Maldonado na região do Barreiro. Atende a uma população bastante diversificada de bairros periféricos da região do Barreiro, e a alunos de classe média, oriundos de escolas particulares da região. A escola possui em torno de 1600 alunos do final do 2º ciclo/ 3º ciclo (5ª à 8ª série) e ensino médio,

distribuídos em três turnos, com 19 turmas no 1º turno, 19 turmas no 2º turno e 10 turmas no 3º turno. É constituída por um corpo docente de 97 professores e cerca de 40 funcionários. É uma escola de referência na região por oferecer um ensino de qualidade e por ter um corpo docente tradicionalmente contestador das políticas da Secretaria Municipal de Educação (SMED). É a única escola municipal da região que ainda oferece o ensino médio, graças a pressões da comunidade escolar (professores, alunos e pais) contra o fim dessa etapa de ensino nas escolas da prefeitura.

3.3 O Projeto Político-pedagógico da Escola

A disciplina Currículo: teoria, política e prática, com a professora Shirlei Rezende Sales, instigou-me profundamente a pensar sobre as possibilidades de um currículo e as suas implicações na vida do aluno. Levou-me a pensar na importância do Projeto Político-Pedagógico (PPP) como um documento capaz de refletir a preocupação da escola com a questão da identidade cultural e étnico-racial do seu aluno. Assim, analisei o que há de registro sobre a ação pedagógica da escola, o PPP.

O Projeto político-pedagógico construído em 2002 tem um significado importante para escola e é assim definido:

O PPP constitui-se de um instrumento que expressa as diretrizes do processo ensino-aprendizagem, tendo como referencial a sua realidade, a de seus alunos e as expectativas e possibilidades concretas, acreditando na escola como vínculo de educação e sua integração na comunidade em que vive. (ESCOLA MUNICIPAL LUIZ GATTI, 2002).

Salienta a importância do envolvimento dos professores na sua elaboração: “O PPP é um documento que não tem a intenção de apresentar soluções definitivas, mas procura expressar o desejo e o compromisso do grupo de professores nas discussões para construção do projeto”. (ESCOLA MUNICIPAL LUIZ GATTI, 2002).

O PPP apresenta dados de uma pesquisa realizada com a comunidade escolar em que busca caracterizar o corpo discente e docente e apresenta em linhas gerais o plano curricular. Tal pesquisa estudou um universo de 1.355 respondentes

dentre os 1600 alunos matriculados e observou: contexto geográfico, a realidade social e econômica dos estudantes e do bairro onde a escola se situa; os equipamentos sociais e a escolaridade média da comunidade externa; a permanência na escola e procedência; expectativas em relação à escola. Participação no Grêmio estudantil, participação em eventos da escola; vida extra-escolar (religião, trabalho, lazer).

A mesma pesquisa demonstra que a Escola possui boa aceitação e credibilidade na comunidade em que está inserida. É reconhecida pela qualidade do ensino, pelo grupo de professores e por sua estrutura física: quadras cobertas, espaços amplos, entre outras instalações. Os professores são avaliados positivamente pela “dedicação e o esforço, trabalhando e conhecendo a escola pública de perto, seja no que se refere aos seus problemas quanto ao que se refere aos seus valores e sua importância social”. (ESCOLA MUNICIPAL LUIZ GATTI, 2002).

Os alunos são analisados por gênero, faixa etária, procedência e turno. Não há nenhuma pergunta sobre raça ou cor. Portanto, o PPP não se posiciona no que diz respeito ao número de alunos negros e não possui uma proposta voltada para a questão étnico-racial, especificamente. No entanto o plano curricular, apresentado no PPP, trata da importância de algumas competências/habilidades a serem desenvolvidas na escola, incluindo o respeito à diversidade.

- [...] respeitar as identidades e as diferenças;
- utilizar-se das linguagens como meio de expressão, comunicação e informação;
- inter-relacionar pensamentos, idéias e conceitos;
- desenvolver o pensamento crítico e flexível e a autonomia intelectual;
- adquirir, avaliar e transmitir informações;
- compreender os princípios das tecnologias e suas relações integradoras;
- entender e ampliar fundamentos científicos e tecnológicos;
- desenvolver a criatividade;
- saber conviver em grupo;
- aprender a aprender. (ESCOLA MUNICIPAL LUIZ GATTI, 2002).

Quanto à presença da biblioteca no PPP verifica-se que é pouco mencionada. A única citação diz respeito à sua função como espaço de informação: “a biblioteca

busca desenvolver uma metodologia que a transforme em um dos centros de informação da Escola. Hoje é a Biblioteca Pólo da região, e que atende toda a comunidade.” (EMLG, 2010). Em relação aos serviços prestados pela biblioteca, o diagnóstico aponta que 75% dos entrevistados avaliou como bom e 7% como excelente.

3.4 A Biblioteca da Escola

A biblioteca da escola é uma das Bibliotecas-Polo da Regional Barreiro. A biblioteca-polo tem como prerrogativa atender à comunidade local e ser responsável pela coordenação do trabalho de outras bibliotecas de escolas da região, promovendo o intercâmbio e a formação dos auxiliares de biblioteca

Em 2010, a Rede Municipal de Ensino de Belo Horizonte conta com 184 escolas, cada uma delas com uma biblioteca. Destas, 38 são consideradas bibliotecas-pólo e estão distribuídas nas nove regionais administrativas da cidade. Em cada uma das bibliotecas-pólo, além de um auxiliar de biblioteca por turno, está lotado um bibliotecário coordenador, profissional formado em biblioteconomia. (NUNES, 2010, p. 91).

O grupo de funcionários é formado por uma bibliotecária, três auxiliares de biblioteca, uma professora em readaptação funcional e uma estagiária, distribuídos nos três turnos de trabalho.

Possui uma capacidade física excelente, com 300 metros quadrados de área, e um acervo de qualidade, composto por 10.000 exemplares, assinaturas de oito títulos de periódicos, materiais como DVDs e Cds e acesso à internet. Há também uma “Gibiteca” com mais de 300 títulos de revistas em quadrinhos, que é um dos projetos de maior sucesso da biblioteca.

O número de usuários da biblioteca deve representar 2/3 do número de alunos matriculados (2.200 alunos). Mensalmente são emprestados cerca de 1.1000 exemplares, sem considerar a leitura feita na biblioteca de gibis, revistas e jornais. O nome da biblioteca, escolhido em eleição é “Giramundo”, em homenagem ao Grupo de teatro Giramundo.

O atendimento aos alunos, professores e comunidade é livre, não há horário

estabelecido para as turmas. Os professores sempre que desejam agendam com os funcionários e fazem uso do espaço como acham melhor, contando com o apoio e a mediação de auxiliares de biblioteca e bibliotecária para sugerir e orientar.

Embora a biblioteca não consiga atingir a todos os alunos, parte deles apresenta uma boa média de leitura, considerando que no Brasil esta é de 4,7 livros por pessoa. Alguns alunos superam em muito esse número.

A biblioteca, sempre que convidada, apresenta projetos e sugestões de intervenção no âmbito pedagógico, apesar dessa participação ainda ser pequena e pontual. A relação professor/biblioteca é muito boa.

Desde que foi aprovada a Lei 10.639 e que passaram a chegar à escola livros do Kit Afro de Literatura, a biblioteca os tem indicado aos professores e incentivado a discussão sobre o assunto na sala de aula para uso desse material. No entanto, nenhum projeto ou trabalho específico sobre o tema, que contasse com o apoio da biblioteca ou que fosse iniciativa desta, foi desenvolvido. A partir da minha inserção no curso de especialização, meu interesse e atenção se voltaram, ainda mais, para observar as formas como a escola trata os problemas étnico-raciais vividos no seu cotidiano, como a biblioteca atua nesse contexto e como poderia melhorar suas formas intervenção.

Apresenta-se ao final deste trabalho uma proposta de divulgação e valorização do acervo da biblioteca referente às culturas e histórias das populações negras e indígenas, entendendo que será de fundamental importância para que professores e alunos possam conhecer melhor o material disponível e utilizá-lo.

4 OBJETIVOS

4.1 Objetivo geral

- a) Elaborar estratégias de divulgação e utilização do acervo sobre os temas: história/cultura africana e história/cultura indígena.

4.2 Objetivos específicos

- a) Verificar se os professores e alunos conhecem o acervo do Kit de literatura afro-brasileira;
- b) Realizar um levantamento dos títulos pertencentes aos 4 Kits recebidos;
- c) Realizar um levantamento dos títulos existentes na biblioteca sobre a cultura indígena;
- d) Realizar levantamento estatístico do número de empréstimos dos títulos do Kit de literatura afro-brasileira.

5 A ESCOLA, O CURRÍCULO E A BIBLIOTECA DIANTE DAS LEIS 10.639 E 11.645

Assim como o professor, os profissionais da biblioteca precisam se atualizar quanto aos novos conteúdos curriculares postos pela dinâmica da sociedade em que vivemos. As mudanças na sociedade acontecem de forma extremamente rápida e a metodologia de trabalho da escola não consegue acompanhar. Esse é um grande desafio, acompanhar as mudanças de forma a fazer com que aluno não perca o interesse em aprender, em conhecer, em ler.

Uma das questões colocadas pela sociedade é a superação do racismo. Isso nos afeta a todos e por isso deve ser tratada como uma questão do coletivo. Desse modo, é preciso pensar: que Ações Afirmativas a escola quer, de fato, desenvolver com seu grupo de professores, alunos, pais e funcionários? O que é possível fazer mesmo que em pequena escala, no início, para que ações democráticas voltadas para a educação das relações étnico-raciais possam se tornar uma prática comum no cotidiano?

Desconsiderar as formas discriminatórias e racistas de tratamento na escola passa, também, por uma revisão de postura de vida no trato da questão. Isso às vezes incomoda e não é tarefa fácil diante da mentalidade cristalizada que temos do mito da democracia racial no Brasil e das resistências instaladas.

Porém, a escola não pode se eximir de incluir em seu Projeto político-pedagógico e em seu currículo, o aprofundamento e análise de temas sociais como o respeito às diferenças, sejam elas de gênero, de raça ou etnia, religiosa e desconsiderar o entendimento sobre a diversidade de culturas no mundo.

É na escola que a criança/adolescente passa boa parte de seu tempo e recebe informações/conhecimento/valores que, minimamente, assimilam. Ainda que não seja a única responsável pela difícil tarefa de “desnaturalizar as desigualdades” (GOMES, 2008, p.83) a escola pode e deve fazê-lo e sempre que possível e de forma coletiva. A escola pode levar o aluno a pensar de forma crítica, “não se fechando na norma moral do certo e do errado, mas na sua capacidade de problematizar, de refletir e tomar decisões. É no campo da liberdade que a questão

racial deve ser pensada”. (GOMES, 2008, p. 82).

Para que a biblioteca realize um trabalho instigador da leitura dos livros que trazem como tema a cultura/história da África e do povo negro, assim como a relação deste com a nossa história e nosso povo, ela deve se inserir nos Projetos das disciplinas específicas ou nos Projetos interdisciplinares. Essa é a oportunidade de fazer com que os livros sejam descobertos e as histórias cheguem às crianças e jovens. A literatura é uma forte aliada na luta contra comportamentos preconceituosos porque trata de forma lúdica e positiva a presença do sujeito africano ou afro-descendente em diferentes formas de texto, seja na poesia, nos contos ou nos romances. A leitura por si só já amplia horizontes e possibilita o acesso à outras imagens que não aquela estereotipada do negro. O livro não é só um suporte pedagógico é fonte de informação/conhecimento, é base de qualquer mudança de mentalidade, de comportamento, de revisão de valores. Cabe ao professor, bibliotecário e auxiliares de biblioteca, mediar a leitura ao sugerir outras possibilidades literárias, ao apresentar novos autores e fontes e se possível, socializar as descobertas e o conhecimento. Nesse sentido Gomes afirma que

É fato que os alunos e alunas terão de ler, pesquisar, estudar, discutir, assistir a filmes, documentários e debater. Muito mais do que um conteúdo curricular, a inserção da discussão sobre a África e a questão do negro no Brasil nas escolas da educação básica têm como objetivo promover o debate, fazer circular a informação, possibilitar análises políticas, construir posturas éticas e mudar o nosso olhar sobre a diversidade. (GOMES, 2008, p.81).

O professor precisa trabalhar junto a Biblioteca as possibilidades de projetos que visem à divulgação da literatura afro-brasileira na perspectiva de desmitificar o pensamento sobre a mesma e apresentar a infinidade de possibilidades que ela traz. Incluir a questão racial no fazer pedagógico da escola nos leva a repensar esse fazer de forma mais ampla e mais profunda (GOMES, 2008).

Alguns autores reconhecem a biblioteca escolar como espaço privilegiado de investigação e conhecimento. Para Nunes

Os saberes elaborados socialmente estão registrados em materiais diversos, textos impressos, recursos audiovisuais e até mesmo disponibilizados virtualmente. Na instituição escolar esses materiais estão de forma privilegiada dispostos na biblioteca escolar. Os professores e

educandos podem ter acesso a materiais sobre o ensino de História da África e sobre as relações étnico-raciais em outros espaços que não os escolares, mas para muitos deles a biblioteca escolar é o principal meio de acesso a obras teóricas e de literatura. (NUNES, 2010, p. 81).

A inclusão de novos temas de cunho social no currículo das escolas é uma questão polêmica, uma vez que interfere na carga horária de todas as disciplinas e gera uma tensão e cria conflitos que precisam ser encarados e resolvidos. O currículo não pode ser engessado de forma a impossibilitar o professor de criar e “fazer sonhar”, “fazer desejar”. É um campo de disputas e marcações de território. O “Currículo é também espaço de silêncios de determinadas culturas, de relações de poder de diferentes tipos, de diversas tentativas de capturas de desigualdades, de aborrecimentos e entristecimentos”.³

A convivência com as diferentes culturas é uma questão permeada de conflitos, nem sempre muito simples de serem percebidos, mas que precisam ser constantemente colocados em questão. É na perspectiva de Silva que, acredito, deva ser tratado esse tema.

A perspectiva liberal ou humanista enfatiza um currículo multiculturalista baseado nas ideias de tolerância, respeito e convivência harmoniosa entre as culturas. Da perspectiva mais crítica, entretanto, essas noções deixariam intactas as relações de poder que estão na base da produção da diferença. Apesar de seu impulso aparentemente generoso, a ideia de tolerância, por exemplo, implica também uma certa superioridade de quem mostra “tolerância”. Por outro lado, a noção de “respeito” implica um certo essencialismo cultural, pela qual as diferenças culturais são vistas como fixas, como já definitivamente estabelecidas, restando apenas “respeitá-las”. Do ponto de vista mais crítico, as diferenças estão sendo constantemente produzidas e reproduzidas através de relações de poder. As diferenças não devem ser simplesmente respeitadas ou toleradas. Na medida em que elas estão sendo constantemente feitas e refeitas, o que se deve focalizar são precisamente as relações de poder que presidem sua produção. Um currículo inspirado nessa concepção não se limitaria, pois, a ensinar a tolerância e o respeito, por mais desejável que isso possa parecer, mas insistiria, em vez disso, numa análise dos processos pelos quais as diferenças são produzidas através de relações de assimetria e desigualdade. Num currículo multiculturalista crítico, a diferença, mais do que tolerada ou respeitada, é colocada permanentemente em questão. (SILVA, 2005, p. 88-89).

Portanto, para a biblioteca o trabalho com as questões étnico-raciais passa

3

Anotações de aula da professora Shirlei Rezende.

pelas atividades da escola e do professor, com a inclusão das questões culturais de forma crítica em seu currículo/plano de aula.

5.1 A diversidade cultural e o Projeto Político-Pedagógico - PPP

A reflexão sobre a educação na perspectiva das relações étnico-raciais é bastante complexa, não é tarefa fácil. É um processo de longo prazo que inclui a formação de professores, mudanças no currículo, na carga horária, no Projeto Político-pedagógico e ainda, melhor aproveitamento dos recursos didático-pedagógico. A implementação da Lei 11.645 exige a construção de uma nova cultura escolar, que tenha como perspectiva a superação das desigualdades.

O Projeto Político-pedagógico (PPP) pode ajudar a traçar caminhos para corrigir o que se faz necessário. Para Medel (2008, p.13) alguns aspectos devem ser explicitados no PPP,

Uma visão multicultural, inclusiva, da educação, que defina a missão da escola em relação ao que se espera no que se refere à valorização das habilidades e especificidades dos alunos, delimitando como são consideradas as políticas e estratégias de inclusão e de valorização da pluralidade cultural. Pode haver a definição de como são tratadas as relações de gênero e etnias e os diferentes princípios e orientações religiosas, assim como a forma que se considera o trabalho com as diferentes formas de leitura, representadas por linguagens diversas, ou a abordagem da saúde na escola e sua articulação com as culturas e identidades plurais; [...] (MEDEL, 2008, p. 13).

A escola é um dos espaços de construção da identidade do sujeito, não é a única responsável, mas, exerce um papel importante na formação dos conceitos e valores criados e recriados ao longo da vida de quem passa por ela. O compromisso com uma educação anti-racista, anti-preconceituosa, deve perpassar o currículo de forma geral e não ser apenas mais uma efeméride a ser comemorada.

Para a realização de um Projeto Político-pedagógico que não fique só no papel, que seja colocado em prática é necessário pensá-lo em termos de visão multicultural e de inclusão que a escola pretende desenvolver. Para Medel (2008, p.4) a elaboração de um PPP “exige ousadia, discussão, reflexão, desejo de renovação e, sobretudo, participação de todos os envolvidos no processo escolar”.

O Projeto Político-pedagógico é construído na força expansiva da diversidade cultural dos membros da comunidade escolar juntamente com suas visões de mundo, raças, etnias, histórias de vida, e, também, da necessidade de construção da identidade da escola, que será refletida no projeto. Além disso, essa mesma força se manifesta da mesma forma entre a diversidade das escolas, com seus projetos e missões diversas, e a necessidade de uma visão de educação voltada para a formação da cidadania e para a formação de valores sociais em uma sociedade globalizada, bastante competitiva e tecnologizada. (MEDEL, 2008, p. 4).

5.2 Como os kits de literatura afro-brasileira chegam às escolas

A Prefeitura Municipal de Belo Horizonte, a partir de 2003, passou a prover as bibliotecas escolares de material bibliográfico sobre a história e a cultura africana, através do Núcleo de Relações Étnico-Raciais e de Gênero. Desta forma cumpre parte da resolução do Conselho Nacional de Educação, que diz em seu artigo 6º:

Os sistemas de ensino e as entidades mantenedoras incentivarão e criarão condições materiais e financeiras, assim como proverão as escolas, seus professores e alunos de material bibliográfico e de outros materiais didáticos necessários para a educação das Relações Étnico-Raciais e o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileiras e Africanas [...] (BELO HORIZONTE, 2005, p.30).

Uma das ações do Núcleo de Relações Étnico Raciais e de Gênero para a implementação da Lei 10.639 é, portanto, organizar e enviar às bibliotecas escolares o “Kit de literatura afro-brasileira”. Cada kit foi composto por 60 a 90 títulos e foram enviados, até 2011, quatro Kits, o que perfaz um total de 300 títulos. Segundo a carta de apresentação do I Kit (2004) estes livros “trazem novos olhares para a literatura e assim para a construção de conhecimentos no cotidiano escolar a respeito da história, cultura e valorização da população afro-brasileira”. (BELO HORIZONTE, 2004).

Quando chegaram às escolas as primeiras caixas de livros do Kit de literatura afro-brasileira, não se soube exatamente qual a melhor forma de tratar esse material para que fosse bem conhecido pela comunidade escolar. Era um material de excelente qualidade e precisava de um bom marketing. Uma das dúvidas era se ele deveria compor o acervo junto com os demais livros ou se deveria ficar separado para facilitar o seu uso. No primeiro momento, os livros ficaram em estantes

separadas com a sinalização “Literatura afro-brasileira”. Mesmo com o trabalho de divulgação, com a exposição dos livros em estantes destacadas e a indicação de alguns títulos, a receptividade dos alunos era pequena. Achavam bonitos, interessantes, mas acabavam optando por outros.

Assim, os dois primeiros Kits foram classificados e arquivados em estantes específicas sobre o tema. A partir do terceiro kit, optou-se por inserir todo o material do kit de literatura afro-brasileira no acervo de acordo com a sua classificação. Esta parece ter sido a melhor opção.

5.3 As estratégias de divulgação do Kit de Literatura Afro-brasileira

Para divulgação das novas aquisições a biblioteca sempre realiza uma exposição dos materiais recebidos. A princípio os livros novos eram apenas dispostos em estantes expositoras com um aviso de “Novas Aquisições”. Com a chegada de um número maior de livros do governo federal - MEC/FNDE a biblioteca passou a aproveitar o momento pra desenvolver um trabalho de aproximação com o leitor. As primeiras exposições eram somente uma visitação das turmas à biblioteca. Como a política de leitura do governo passou a contar com o envio de livros mais constante, quase anual, incluímos na conversa com as turmas a leitura e discussão de um texto, como foi, por exemplo, a do texto “O livro comestível” de Monteiro Lobato. Na última exposição ampliamos um pouco mais a conversa inserindo também a exibição de um vídeo, com o objetivo de mostrar que a biblioteca é um ambiente de cultura diverso e que oferece várias possibilidades e recursos de acesso ao conhecimento. As exposições, então, passaram a ser mais sistematizadas.

Quanto aos livros do Kit de literatura Afro-brasileira na escola, ainda não houve por parte da Biblioteca a realização de uma exposição específica, eles são apresentados juntamente com os demais livros, numa grande Mostra literária como mostra foto abaixo.



Foto 01 - Mostra Literária, 2009
Fonte: Acervo da autora

Quando chegam à escola, os livros do Kit de literatura afro-brasileira são divulgados aos professores através de listagens fixadas nos murais da sala dos professores e da biblioteca. Na biblioteca os livros são, também, apresentados aos alunos e à comunidade através das estantes expositoras durante um período e depois são organizados, nas estantes, por ordem de classificação, tais como: literatura infanto-juvenil, literatura brasileira, literatura estrangeira, História, Sociologia, Educação, Arte e outras. Todos os livros do Kit recebem na etiqueta da lombada a identificação - Lit. Afro - esta informação facilita a localização e reunião dos livros, quando necessário.

Os kits são incluídos nas exposições de livros recebidos do Programa Nacional Biblioteca da Escola (PNBE)⁴ e da Prefeitura de Belo Horizonte. Desta forma todos têm acesso aos livros recebidos pela escola.

⁴ O Programa Nacional Biblioteca da Escola (PNBE), desenvolvido desde 1997, tem o objetivo de promover o acesso à cultura e o incentivo à leitura nos alunos e professores por meio da distribuição de acervos de obras de literatura, de pesquisa e de referência. O atendimento é feito em anos alternados: em um ano são contempladas as escolas de educação infantil, de ensino fundamental (anos iniciais) e de educação de jovens e adultos. Já no ano seguinte são atendidas as escolas de ensino fundamental (anos finais) e de ensino médio. Hoje, o programa atende de forma universal e gratuita todas as escolas públicas de educação básica cadastradas no Censo Escolar. (BRASIL, 2012).



Foto 02 - Estante de literatura
Fonte: Acervo da autora



Foto 03 - Biblioteca
Fonte: Acervo da autora



Foto 04 - Leitores do noturno
Fonte: Acervo da autora

As bibliotecas coordenadas⁵ também têm desenvolvido uma série de atividades voltadas ao uso do Kit de literatura afro-brasileira. Em 2011, uma das bibliotecas coordenadas desenvolveu um projeto para o dia 20 de Novembro: a Escola Infantil José Braz. O trabalho foi realizado pela auxiliar de biblioteca e consistiu na exploração do livro “a bonequinha preta” de Alaíde de Lisboa, incluindo conversas, confecção de colares com a carinha da bonequinha preta e a finalização com a contação da história. Esta é uma das possibilidades de uso da literatura, principalmente entre as crianças menores.

⁵ A biblioteca pólo coordena outras 4 bibliotecas de escolas da região.



Foto 05 - Contação de história⁶
Fonte: Acervo da autora



Foto 06 - Criação de colares da Bonequinha Preta⁷
Fonte: Acervo da autora

⁶ Encerramento da “Semana da Consciência Negra”. Contação de história, pela auxiliar de Biblioteca (20 de novembro de 2011).

⁷ Oficina realizada na Semana da Consciência Negra pela auxiliar de biblioteca e professoras.

6 METODOLOGIA

A metodologia utilizada no Plano de ação se baseou em entrevistas aos principais usuários da biblioteca e pesquisa bibliográfica do acervo de literatura afro-brasileira.

O levantamento dos títulos do Kit de literatura afro-brasileira, já emprestados, buscou comprovar ou não a utilização do acervo e a necessidade ou não de adequação do trabalho da biblioteca quanto à divulgação desse material para seu efetivo uso. Os livros dos kits não são separados do restante do acervo e isso é uma das dúvidas, da biblioteca, sobre a sua visibilidade.

As entrevistas com alunos e professores buscaram identificar o grau de conhecimento sobre as leis 10.639 e 11.645 e aplicabilidade dessas no trabalho diário de cada um deles. Foram escolhidos para as entrevistas, cinco professores do ensino fundamental e médio dos turnos da manhã e da tarde, de diferentes áreas: geografia, história, sociologia. Cinco alunos representantes, também, dos dois turnos e do ensino fundamental e médio foram entrevistados.

Foram utilizados como procedimentos metodológicos:

a) Levantamento bibliográfico dos títulos existentes na biblioteca da escola, do Kit literário, para identificação do número de vezes que cada título foi emprestado;

b) entrevista com alunos e professores para observar:

- o grau de conhecimento sobre a Lei 10.639 e 11.645;
- o conhecimento e uso do acervo da biblioteca, sobre o tema.

6.1 Cronograma

DATA	AÇÃO
Nov. 2011	Elaboração do Plano de Ação
Dez. 2011	Pesquisa aos arquivos da biblioteca, das listagens que formaram cada Kit literário.
Fev. 2012	Entrevistas com professores e alunos.
Mar. 2012	Transcrição e sistematização das entrevistas.
Abr. 2012	Seleção dos títulos que compõem os kits e identificação dos exemplares que possuíam registro de empréstimo.
Maio/junho 2012	Finalização da escrita do trabalho.

7 O DESENVOLVIMENTO DO PLANO DE AÇÃO

O Plano de ação foi realizado com dois recortes: acervo e usuário. A pesquisa ao acervo visou a identificar o número de títulos e fazer a estatística de empréstimos dos livros dos Kits de literatura Afro-brasileira.

As entrevistas visaram a observar o grau de conhecimento de alunos e professores sobre as leis 10.639 e 11.645 e sobre o Kit de literatura afro-brasileira. Serão realizadas com um grupo formado por 4 professores das áreas de histórias, geografia e sociologia e 4 alunos. A escolha por esses professores foi determinada por serem eles os representantes das áreas mais relacionadas ao tema. Os alunos foram selecionados de forma a contemplar o ensino fundamental e médio. Alguns foram convidados a responderem a entrevista ao passarem pela biblioteca, sem nenhum conhecimento prévio sobre esse aluno. Outros foram convidados por serem alunos de referência no aspecto de crítica, participação e frequência à biblioteca. A partir dos resultados das entrevistas, foram elaboradas algumas estratégias de divulgação e utilização do acervo da biblioteca sobre a temática.

A primeira etapa do trabalho consistiu em identificar e separar todos os livros que compõe o acervo do Kit de Literatura Afro-brasileira. Os livros foram localizados pela classificação e retirados das estantes para conferência com as listagens recebidas em anos anteriores e verificação de alguma perda. Esta fase foi necessária para verificar também, quais dentre eles já foram emprestados e qual foi o número de saídas destes. As listagens de títulos dos Kits recebidos foram recuperadas no arquivo para se saber exatamente quantos livros chegaram e se houve alguma perda. Cada Kit foi composto por 60 a 90 títulos.

Constatou-se que o uso dos livros do Kit de literatura afro-brasileira é muito pequeno. Porém, não existe uma estatística específica para os Kits que comprove o número de consultas ou de leitura destes na biblioteca. Através do levantamento realizado foi possível confirmar o que professores responderam nas entrevistas de que não solicitam trabalhos aos seus alunos, portanto os livros são pouco consultados. Percebe-se, também que a divulgação realizada pela biblioteca, isoladamente, não possui resultado efetivo nas escolhas de leitura dos alunos. Mais

uma vez, constatou-se que biblioteca e professores precisam dialogar mais.

A segunda etapa consistiu na realização de entrevistas com o objetivo de saber qual o conhecimento sobre as Leis 10.639 e 11.645 e sobre o uso do Kit de Literatura Afro-brasileira. Foram entrevistados alguns representantes das duas principais categorias de usuários, professores e alunos. Professores das áreas de História, Sociologia, Geografia. Os alunos foram selecionados da seguinte forma: aqueles indicados por professores, aleatoriamente, e por serem mais freqüentes na biblioteca.

O resultado das entrevistas apontou que há muito pouco conhecimento sobre as Leis 10.639 e 11.645 e que o Kit de literatura Afro-brasileira é pouco utilizado. Porém, há interesse em melhorar a abordagem do tema com a parceria da biblioteca.

A entrevista com os alunos demonstrou um alto grau de desconhecimento das leis 10.639 e 11.645. Também não sabem da existência do Kit de literatura afro-brasileira. Apenas um aluno lembra-se de já ter pegado livros emprestados sobre a temática e de ter visto os livros nas estantes expositoras da biblioteca.

Quanto aos professores, é um pouco melhor o nível de informação a respeito das leis citadas acima. Todos têm conhecimento da existência através da mídia ou de documentos da Secretaria Municipal de Educação (SMED) que chegaram à escola. Um deles foi vice-diretor de outra escola, em que se desenvolve o Projeto Mama África e relatou que este projeto contou com a presença do Núcleo de Educação Étnico-racial que solicitou a todos os envolvidos, a leitura da Lei 10.639. Apenas este professor afirmou ter lido a lei, os outros três apenas ouviram falar. No que se refere, à questão indígena, ou ao conhecimento sobre a existência da Lei 11.645 apenas um professor afirmou saber de sua existência.

O conhecimento sobre a existência do Kit de Literatura Afro-brasileira é muito superficial. Os professores sabem que ele existe, mas reconhecem a falha de não terem procurado a Biblioteca para fazerem uso do material. Reconhecem, também, que os títulos são de interesse para a matéria que lecionam.

A seguir, destaco alguns trechos mais significativos das entrevistas. (Ver apêndices A e B).

Com relação ao uso do Kit Afro em suas disciplinas, o professor de História

afirma que “o kit deveria existir independente da lei. Até de outros assuntos... quanto mais ler melhor.” E ainda: “Como uma lei não dá conta de pegar tudo, o MEC deveria chamar os editores para orientar seus escritores pra poderem colocar esse assunto nos livros didáticos.

Para o professor de Geografia o uso do Kit nas escolas é de fundamental importância:

Esse kit contribui para a tomada de consciência, da importância, do papel de destaque do negro e do índio na formação do país e que não há uma cultura dominante elas são participantes na formação do país. Falta uma coisa, falta a gente ter uma abordagem melhor sobre os asiáticos. Ainda não foram contemplados. Mesmo as universidades quase não se houve falar dos asiáticos, da participação deles na formação do país. Por um tempo foi divulgada apenas a cultura européia, a língua, como cultura dominante. A idéia é pra frente encontrar uma maneira curricular mesmo de trabalhar. É muito pontual o que não gera um conhecimento de mudança comportamento as vezes. Claro que é importante, mas deve se coloca de forma curricular.

Em relação à abordagem do tema pelos livros didáticos, o professor de história faz a seguinte consideração:

A gente ouve muita crítica do livro didático, eu sei que eles não são muito bons mesmos, mas por exemplo, quando começou a Escola Plural o pessoal tinha a ilusão de que eles mesmos produziram seus textos. Isso é uma ilusão, pra você escrever um texto bem escrito você gasta horas e horas, tem que pesquisar... falar é uma coisa, escrever é outra. Tanto é que eu não vejo mais ninguém falando que está fazendo isso. Criticar o livro didático colocando o africano como inferior pá pá pá.. isso é coisa de quando eu estava no colégio, de muito tempo pra cá os livros não abordam mais essa questão dessa forma mais não. Eles podem não abordar a questão africana de forma tão ampla, colocam como mais um adendo na história do Brasil, acho que é pouco, mas não coloca de forma depreciativa. A crítica não tem tanto fundamento assim, que os negros são depreciados. Talvez coloque de uma forma mais fria, não de maneira exaltada como o pessoal do movimento negro. Eles têm as razões deles, não tô criticando. É válido, mas agora falar que tudo é abordado assim... de rebaixar uma etnia...Esses livros hoje não fazem isso. Depois dessa lei ainda é muito pouco o que ta lá, você tem uma parte imensa falando de questões européias e o Brasil incluído nisso, não sei quantas páginas falando do feudalismo, quando você vai ver Japão não tem. A África tem alguma coisa quando fala da história do Brasil, mas você não entra numa coisa um pouco mais interessante. Quer dizer, uma lei não contemplou, quer dizer com o tempo vai ser colocado, ou não, não sei... A lei não garante isso. Talvez com uma orientação melhor do MEC para você reduzir algumas coisas e acrescentar outras, aí sim você vai ter um parâmetro pra história em geral.

Quanto ao desenvolvimento de projetos ou pesquisas sobre o tema, apenas o professor de Geografia afirmou ter participado em outra escola enquanto era vice-diretor, mas como professor ainda não havia trabalhado com a temática.

Segundo o professor o tema ainda é novidade:

Eu vejo que ainda é uma novidade. É uma cultura nova que está se criando trabalhar a cultura afro-brasileira e a cultura indígena na sala porque não existe. Inclusive nos livros didáticos, também é uma novidade, não há ainda... os próprios programas agora é que começam a contemplar.

Os professores alegam ser necessário mais espaço para estudo do tema na grade curricular da escola, mais tempo de aula para os professores de História na carga horária e maior abordagem pelos livros didáticos, que é o principal material de apoio didático-pedagógico.

A professora de Sociologia desenvolve seus trabalhos sobre o tema, na medida das possibilidades da turma e do currículo:

Como eu trabalho com o 3º ano e aí é a preparação para o vestibular... eu trabalho muito o preconceito aí abordo muito o preconceito racial, dentre outros. A gente já fez um trabalho sobre os dois Brasis: o Brasil negro e o Brasil branco... foi muito legal. Agora a história da África do ponto de vista da História, (eu) não (trabalho).

E, ainda, sobre a reação e maturidade dos alunos:

É aquela coisa, é meio “chover no molhado”. Todo mundo sabe que não pode ser preconceituoso, todo mundo acha muito legal discutir isso, mas na hora que você vai abordar as questões aí as falas preconceituosas brotam naturalmente de ambas as partes. Por exemplo, existe um discurso de justificar o preconceito, o próprio negro dizendo que o negro é preconceituoso. Essa é a primeira frase que você escuta em qualquer debate sobre preconceito. Eles falam: mas os negros são mais preconceituosos que os brancos... aí você vai puxando, aí dá muito embate. O ano passado, por exemplo, eu desisti de trabalhar porque a turma não tinha maturidade pra isso. Mas quando eu trabalhava a questão do preconceito racial eu trabalhava muito a questão das cotas nas universidades, quem se opunha, quem era a favor. Eu trabalhei isso até o ano retrasado, ano passado eu não trabalhei. Aí é que a casa caía mesmo, porque eles de forma geral, inclusive muitos alunos negros se pronunciavam contra. Eles não conseguem entender a questão da dívida histórica, que isso é um mecanismo de inserção, um mecanismo de reparação, que não é definitivo. Eles acham que não, que isso reitera a desigualdade, que isso reitera o preconceito, a diferença ao invés de criar uma justiça maior. Os próprios negros não entendiam achavam que era

contra eles porque agudizava o preconceito. Esse ano eu não sei o que vou fazer.

Quanto ao uso do Kit de literatura Afro-brasileira, a professora faz uma importante observação:

Se não fosse pela lei e pelo Kit o assunto não estaria tão dentro da escola e como era esquecido antes, continuaria esquecido. É uma pena, mas a lei tem um papel crucial não digo nem de forçar mas de trazer a tona, de criar condições. O kit por exemplo ... é uma falha minha eu não conheço, nunca foliei mas sem sombra de dúvida são materiais que trazem um olhar sobre a África, que trazem um olhar sobre o negro. Quando eu trato de ideologia eu mostro como o negro é mostrado no livro didático, de forma subalterna, humilhante. O kit lança um outro olhar. Eu faço a minha crítica, o professor precisa divulgar mais... a rejeição ao kit é o próprio preconceito que está arraigado dentro de nós, a gente não dá nome a ele, mas ele tá aqui, a gente fala eu não tenho mas tem. [...]

A gente prega a tolerância, o respeito a diferença, mas no fundo é uma questão cultural secular, milenar, pra mudar isso é uma coisa que não vai acontecer em 50 anos eu acho, talvez daqui a 50 anos a gente comece a ver que tá melhor, que está bem melhor. Acredito eu que veremos, entendeu? É um exercício cotidiano que a gente vai colher os frutos dele... Eu estou pensando em passar esse trabalho para o 2º ano, o primeiro ano é muito imaturo, não sabem fazer um debate. Um dificultador quando você pede um trabalho sobre raça, os meninos vem com um discurso muito paternalista, tipo: a gente tem que tratar o negro “como se fosse”... é hipócrita...demanda um certo nível de maturidade. [...]

Quando eu faço o debate com eles, eu abordo a questão da Biologia, do conceito de raça. Aí eu mostro pra eles que a questão é de adaptação. A sociologia me dá espaço pra fazer o que em história eu não consigo. É polêmico, porque eu coloco que o conceito de raça do ponto de vista da biologia não existe, mas, do ponto de vista das práticas sociais ele tá colocado, ele é uma experiência cotidiana que a gente precisa desconstruir. Então é legal. Esse ano a gente faz alguma coisa mais estruturada.

O que fica evidenciado nas entrevistas e em conversas informais com outros professores, é que há certa divisão no grupo quanto à necessidade ou não da discussão do tema na escola. Alguns professores defendem a inclusão do tema no currículo de forma linear e não apenas pontual. Para outros, o discurso do mito da democracia racial é muito presente, ao analisarem que as discriminações só ocorrem pelo fator social, sendo a pobreza a principal causa.

8 AVALIAÇÃO

O desenvolvimento do Plano de Ação proposto passou por algumas dificuldades. A ideia inicial era desenvolver uma Mostra dos livros do Kit acompanhado da leitura de um texto literário (conto ou crônica de um autor africano) e exibição de um vídeo sobre a cultura africana. A partir daí iniciar uma discussão sobre a Lei 10.639 e a necessidade da escola fazer um amplo trabalho sobre o assunto, sempre destacando o papel dos profissionais da biblioteca no processo. Não foi possível realizar esta atividade porque a escola viveu um final de ano muito atribulado com avaliações. Além disso, a biblioteca precisou fazer um inventário de todo o seu acervo o que impossibilitou a realização de qualquer outra atividade. A responsabilidade pela entrega do livro didático, no início do ano, também foi um complicador, pois exige da biblioteca atenção exclusiva para esse fim, nos dois primeiros meses do ano letivo.

O Plano de Ação foi repensado e realizado, então, o levantamento do número de empréstimos dos livros do kit de literatura afro-brasileira e as entrevistas com alunos e professores.

Apesar de não ter sido possível realizar a mostra de livros, a pesquisa foi positiva, porque apontou para a necessidade de se desenvolver um trabalho de sensibilização com todo o grupo de professores. Sem a participação dos professores na indicação de trabalhos e leituras, fica difícil o trabalho da biblioteca de divulgar, sozinha, o acervo dos Kits.

8.1 Propostas de ação da biblioteca frente à lei 10.639 e uso do kit de literatura afro-brasileira

Como proposta de estratégia para divulgação dos livros do kit de literatura afro-brasileira, pensou-se em dois aspectos a serem mais bem trabalhados: o primeiro relativo à organização dos livros nas estantes. Com esse plano de ação, percebeu-se a necessidade de separar os livros de literaturas africanas e afro-brasileira, infanto-juvenil, dos demais livros infanto-juvenis. Essa literatura é formada,

em grande parte, por livros de Contos, que poderão ser facilmente utilizados. Essa separação torna mais fácil a localização dos livros, por professores e alunos. Os outros livros sobre a cultura afro-brasileira e história da África continuarão organizados de acordo com a classificação. As estantes, onde ficarão esses livros, serão sinalizadas de forma a chamar a atenção dos leitores para o assunto.

A outra proposta do plano de ação que busca, também, contribuir com a implementação da Lei 10.639 e 11.645 são as exposições temáticas de livros. A biblioteca realizará, em 2012, a Mostra de Literatura das Culturas Indígena e Africana, com os livros do novo kit de literatura afro-brasileira que chegará às escolas. Será incluída na visitação à Mostra, a leitura de um texto literário, a exibição de um vídeo e um bate-papo sobre o tema.

A partir de conversas entre o bibliotecário e alguns professores, sobre como fazer melhor uso dos livros do Kit de literatura afro-brasileira, surgiram algumas propostas que devem ser implementadas este ano. O Projeto da Secretaria de Educação, realizado pelo Núcleo de Relações Étnico-Raciais e de Gênero e o Programa de Bibliotecas “Jornada Literária”, cujo tema este ano é: “Cores, sons e sabores: Áfricas no Brasil foi fundamental para incentivar e motivar o trabalho da biblioteca com o grupo de professores.

9 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Desenvolver esse plano criou a oportunidade de reafirmar para os profissionais da biblioteca a importância do seu papel diante das políticas voltadas para a educação das relações étnico-raciais.

Este trabalho vem confirmar a necessidade de parcerias entre biblioteca e professor para o incentivo à leitura, ao uso da biblioteca. Um dos limites reconhecidos foi o de alcançar todos os alunos somente pelo trabalho da biblioteca. Por mais que a biblioteca incentive a leitura de forma livre e sem cobranças, não é possível fazer com que todos os alunos conheçam um pouco mais sobre a história da cultura africana que não seja por meio de algumas leituras orientadas.

Portanto, a biblioteca e seus profissionais têm duas funções primordiais, a de dar suporte ao trabalho do professor, e a de propor atividades de leitura que façam circular os livros menos conhecidos.

A biblioteca deve ser o coração da escola, onde pulsam múltiplas possibilidades de encontros, onde todas as culturas sejam igualmente valorizadas e o acesso ao conhecimento científico seja facilitado. A biblioteca existe para alimentar a criatividade, para motivar novas descobertas, instigar a curiosidade e acreditar nas pessoas e em seus sonhos.

Os resultados do plano de ação permitem concluir que há baixo número de empréstimos dos livros do Kit de literatura afro-brasileira. Não há uma estatística diária exclusiva para registrar os empréstimos por tema ou assunto. Portanto, não há um registro oficial do número de circulação destes livros. É importante ressaltar que embora as análises das fichas dos livros mostrem que a maioria nunca foi retirada da biblioteca, por empréstimo domiciliar, isso não significa que muitos não tenham sido folheados, admirados e lidos na própria biblioteca. Assim como outros títulos de autores menos divulgados na mídia, os livros de literaturas africanas precisam ser oferecidos, sugeridos e, às vezes, colocados na lista das leituras obrigatórias, no bom sentido. Os kits de literatura afro-brasileira representam um marco na história, senão das políticas de leitura, porque não chega a isso, pelo menos na distribuição de livros às bibliotecas escolares da PBH, voltados para a questão racial. Espero

que este trabalho possa contribuir para que esta política vá além da obrigatoriedade legal e consiga mostrar a beleza das literaturas africanas e afro-brasileiras.

REFERÊNCIAS

AMÂNCIO, Iris M. C.; GOMES, Nilma L.; JORGE, Mirian L. S. **Literaturas africanas e afrobrasileiras na prática pedagógica**. Belo Horizonte: Autêntica, 2008.

ASSUMPÇÃO, José Márcio Duarte de. **O Baobá do lado de cá: os elementos culturais afrobrasileiros em uma perspectiva identitária dentro da sala de aula**. Belo Horizonte, 2010. (Trabalho de Conclusão de Curso de Especialização).

BELO HORIZONTE. Prefeitura Municipal. Núcleo de Relações Étnico Raciais da Gerência de Coordenação de Política Pedagógica da Secretaria Municipal de Educação. **Apresentação do kit de literatura afro-brasileira**. 09 ago. 2004 (Carta).

BRASIL. Conselho Nacional de Educação. "Diretrizes curriculares nacionais para a educação das relações étnico-raciais e para o ensino de História e cultura afro-brasileira e africana." CNE/CP. **Diário Oficial da União**. Brasília, jun.2004.

BRASIL. **Lei 10.639 de 09 de janeiro de 2003**. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira", e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/l10.639.htm>. Acesso em: 15 abr.2012.

BRASIL. Ministério da Educação. **Programa Nacional Biblioteca da Escola**. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=12368&Itemid=574. Acesso em 05 jun.2012.

CAMPOS. Ana Lúcia Lapolli. **Com uma canção também se luta**. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Trabalho de Conclusão Licenciatura em Letras. Disponível em: <http://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/brasil/2010/04/26/interna_brasil,188641/index.shtml>. Porto Alegre, 2010

CORREIO BRASILIENSE. **Black is beautiful**. Disponível em: <http://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/brasil/2010/04/26/interna_brasil,188641/index.shtml>.

ESCOLA MUNICIPAL LUIZ GATTI. **Projeto Político-Pedagógico**. Belo Horizonte, 2002.

GOMES, Nilma Lino. A questão racial na escola: desafios colocados pela implementação da Lei 10.639/03. In: MOREIRA, Antônio; CANDAU, Vera. **Multiculturalismo: diferenças e práticas pedagógicas**. Petrópolis, Vozes, 2008.

MEDEL, Cássia Ravena Mulin de Assis. A Concepção do projeto político-pedagógico. In: MEDEL, Cássia Ravena Mulin de Assis. **Projeto político-pedagógico**: construção e implementação na escola. Campinas (SP): Autores Associados, 2008.

NUNES, Érica Melanie Ribeiro. **Cidadania e multiculturalismo**: a Lei 10.639/03 no contexto das bibliotecas das escolas municipais de Belo Horizonte. Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG. Escola de Ciência da Informação – ECI . 2010. Disponível em: < http://www.bibliotecadigital.ufmg.br/dspace/bitstream/1843/ECID-87BK7N/1/montagem_final.pdf> Acesso em 06 de abril de 2012.

SILVA, Tomaz Tadeu da. Diferença e identidade: o currículo multiculturalista. In: SILVA, Tomaz Tadeu da. **Documentos de identidade**: uma introdução às teorias do currículo. Belo Horizonte: Autêntica, 2005.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS. Faculdade de Letras. Portal Literafro. Disponível em:< <http://www.lettras.ufmg.br/literafro/>>. Acesso em 04 de julho de 2012.

APÊNDICES

APÊNDICE A

ROTEIRO DE ENTREVISTA

Entrevista 1- Professores

Identificação

Nome _____

Disciplina que leciona _____

Turno de trabalho () manhã () tarde () noite

1-Você conhece a Lei 10.639/03 que torna obrigatório o ensino sobre História e Cultura Afro Brasileiras, contemplando o estudo da História da África e dos Africanos, a luta dos negros no Brasil, a cultura negra brasileira e o negro na formação da sociedade nacional, valorizando a participação do povo negro nas áreas social, econômica e política pertinentes à História do Brasil? Se sim, como tomou conhecimento dela?

2- Você sabia que em 2008, esta Lei transformou-se em Lei 11.645 e passou a contemplar também os povos e a cultura indígena?

3 -Você conhece o Kit de Literatura Afro-brasileira?

() sim () não

4 -Esse kit é de fácil localização na biblioteca?

() sim () não () não sei

5- O kit possui títulos de interesse para a matéria que leciona?

() sim () não () desconheço

6- Você já realizou algum trabalho com seus alunos sobre algum tema contemplado pelas Leis 10.639/03 e 11.645? Poderia citar algum?

7-Como os alunos reagiram a esse trabalho?

8- Caso a resposta para o item 6 tenha sido negativa, explique o motivo da não realização.

9- Você vê alguma dificuldade em abordar o tema em suas aulas?

10- Em que a existência desse kit na escola contribui para a implementação da Lei 10.639/03* ?

APÊNDICE B

ROTEIRO DE ENTREVISTA

Entrevista 2 – Alunos

1- Identificação

Nome: _____

ano: _____ sala: _____

Turno: () manhã () tarde () noite

2 -Você já ouviu falar da Lei 10.639/03 que torna obrigatório o ensino sobre História e Cultura Afro-Brasileiras, contemplando o estudo da História da África e dos Africanos, a luta dos negros no Brasil, a cultura negra brasileira e o negro na formação da sociedade nacional, valorizando a participação do povo negro nas áreas social, econômica e política pertinentes à História do Brasil? Você sabia, também, que em 2008 esta Lei mudou para Lei 11.645 e passou a contemplar também os povos e a cultura indígena? Qual a sua opinião sobre essa iniciativa?

3-Você conhece o Kit de Literatura Afro-brasileira?

() sim () não

4-Como você ficou sabendo da sua existência?

5- Você sabe a localização desse Kit na biblioteca?

() sim () não

6- Você já levou por empréstimo algum título integrante desse kit?

() sim () não

7-Achou a história interessante? Por quê?

8- Você já realizou alguma pesquisa sobre a história/ cultura afro-brasileira ou africana ou sobre a cultura indígena? Se sim, utilizou algum livro da biblioteca da escola? Qual (is)? Fale um pouco desse trabalho.